

QUESTÃO 93

Quanto à competência administrativa e legislativa em matérias que repercutem no direito urbanístico, é correto afirmar:

- [A] É de competência privativa da União legislar sobre direito urbanístico.
- [B] A instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos, é da competência dos Estados.
- [C] A União possui competência legislativa privativa para instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por municípios limítrofes, para o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum.
- [D] O trânsito e o transporte são matérias de competência legislativa privativa da União. No entanto, de forma suplementar, pode a legislação municipal tratar dessas questões, desde que presente o interesse local.
- [E] É de competência privativa dos Municípios promover a construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

QUESTÃO 94

A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise as proposições abaixo.

- I - Em regra, as medidas socioeducativas não comportam prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada a cada seis meses. Há um limite temporal máximo de 03 (três) anos para a internação e a semiliberdade, que se tem aplicado, por analogia, à liberdade assistida.
- II - Após cumprido o prazo máximo de 03 (três) anos, o adolescente poderá ser liberado ou colocado em regime de semiliberdade ou liberdade assistida.
- III - O Ministério Público é competente para conceder a remissão, mas impossibilitado de aplicar qualquer medida socioeducativa, atividade exclusiva da autoridade judiciária.
- IV - É possível a dispensa da produção probatória em sede de ação socioeducativa pública.

Encontra-se em **DESACORDO** com o entendimento jurisprudencial e doutrinário que tem sido conferido às normas do ECA o que se afirma em

- [A] I, apenas.
- [B] II e III, apenas.
- [C] I e IV, apenas.
- [D] IV, apenas.
- [E] II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 95

Relativamente à colocação de criança ou adolescente em família substituta, é correto afirmar:

- [A] A guarda compartilhada ou conjunta é regulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e é identificada pela situação em que pai e mãe alternam a guarda dos filhos em espaços de tempo definidos, decidindo, no período em que com eles estiver, como se fosse guardião único.
- [B] Em nenhuma situação poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos registros de casais habilitados à adoção.
- [C] A guarda familiar é instituto de natureza substitutiva da família natural, outorgada a casal ou família que recebe uma criança ou adolescente em seu seio, provisoriamente, por ordem da autoridade judiciária, para dela cuidar, assistir e prestar todo o tipo de assistência, sem a finalidade de se tornar definitiva.
- [D] O deferimento da tutela não se encontra vinculado ao pressuposto da prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar.
- [E] O consentimento dos pais para a adoção terá valor mesmo se for dado antes do nascimento da criança.

QUESTÃO 96

Levando-se em conta as disposições da Lei N.º 12.651/2012 (Código Florestal), é correto afirmar quanto ao regime de proteção da reserva legal:

- [A] É prerrogativa exclusiva do proprietário ou do posseiro a definição da área de imóvel rural a ser mantida como reserva legal, incumbindo ao órgão ambiental homologar tal situação, sem possibilidade de discordar com o local designado.
- [B] Os imóveis situados na Amazônia Legal terão a área de reserva legal fixada conforme os biomas que ostentarem.
- [C] É vedada a exploração econômica dos recursos naturais existentes nas áreas de reserva legal.
- [D] Às pessoas jurídicas de direito público, é facultado instituir e conservar as áreas de reserva legal em imóveis rurais de sua propriedade.
- [E] Formalizada e constituída a reserva legal, é possível a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento.

QUESTÃO 97

Assinale a alternativa que se encontra em **DESACORDO** com o Estatuto do Idoso.

- [A] O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais avançada.
- [B] Nos transportes coletivos interestaduais, observar-se-á a reserva de duas vagas gratuitas em cada veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos; se o número de idosos exceder essa cota, devem ser concedidos 50% de desconto, no mínimo, do valor da passagem para os idosos com a referida renda.
- [C] É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos de diligências judiciais em que uma das partes ou interessado seja pessoa com idade igual ou superior a 60 anos; no entanto, a prioridade cessará com a morte do beneficiário.
- [D] Todo idoso tem direito a, pelo menos, 50% de desconto nos ingressos para as atividades de cultura, esporte e lazer.
- [E] É obrigatória a reserva para idosos de, pelo menos, 3% das unidades residenciais nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

QUESTÃO 98

Quanto à tutela coletiva, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É vedada a transação, acordo ou conciliação na ação civil de improbidade administrativa.
- () Em caso de desistência infundada ou abandono da ação civil pública por associação, outro legitimado deve assumir a titularidade ativa.
- () Na ação popular, a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- () A medida cautelar de indisponibilidade dos bens do agente ímprobo possui eficácia condicionada à propositura da ação principal no prazo de 30 dias.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, F, F
- [B] F, F, V, V
- [C] F, V, F, F
- [D] V, F, F, V
- [E] V, V, V, F

QUESTÃO 99

NÃO é considerada prática abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor:

- [A] Negativação do consumidor inadimplente, após sua prévia notificação.
- [B] Recusa à demanda dos consumidores na medida da disponibilidade do estoque.
- [C] Remessa de produto ou serviço sem prévia solicitação.
- [D] Cobrança pelo orçamento, quando há avaliação do produto a ser consertado, independentemente de prévio aviso ao consumidor.
- [E] Colocação, no mercado de consumo, de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas técnicas.

QUESTÃO 100

Assinale a alternativa que se encontra em **DESACORDO** com o fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

- [A] As águas são de domínio da União ou dos Estados.
- [B] A implementação da administração dos recursos hídricos tem como unidade territorial a bacia hidrográfica.
- [C] É objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.
- [D] As águas subterrâneas não se incluem no domínio público.
- [E] A outorga dos direitos de uso deverá obedecer às prioridades de uso das águas expostas nos Planos de Recursos Hídricos.



S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS